

Governo teme que mudanças invalidem esforço já feito

por Reginaldo Heller
do Rio

"E um grave erro restringir o crédito para combater a inflação." Essa afirmação do professor Rudiger Dornbusch, do Massachusetts Institut of Technology (MIT), e dirigida, especificamente, à política de estabilização adotada no Brasil, destoou, sensivelmente, das vozes que, nos últimos meses, defendem a manutenção de altas taxas de juros internas para dar solução aos problemas da dívida externa. "O que se deve usar, disse ele, é uma taxa de juros real baixa e um subsídio de equalização dos juros." E, ao contrário da contenção do crédito, recomenda o uso da correção monetária e uma política fiscal restritiva.

DEFICITS

Apesar de ausente, o ministro da Fazenda Ernane Galvêas fez-se representar pelo presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Herculano Borges da Fonseca, que em discurso, sintomaticamente, refutou as acusações de que o governo estaria provocando uma recessão. Segundo a versão lida por Borges da Fonseca, Galvêas afirma que a atual política econômica está direcionada no sentido de reverter a situação deficitária da balança comercial, fortalecer o balanço de pagamentos e controlar o processo inflacionário, em suas raízes. O caminho até esses objetivos passa por um aumento da poupança interna



Mario Henrique
Simonsen

para evitar o estrangulamento das contas externas.

"O governo está conscientizado de que a persistência na execução dessa política tem gerado desconforto. Mas tem a convicção de que mudar o seu rumo representaria jogar fora o esforço já feito e até mesmo retroceder, justamente quando os primeiros resultados positivos já começam a ser alcançados", disse o ministro. Finalmente, Galvêas repisa a necessidade de encontrar sadios mecanismos de estímulo ao desenvolvimento do mercado de títulos e valores mobiliários, inclusive para que o lançamento de novas ações venha, em breve, a exibir o recente desempenho verificado no mercado de debêntures.

Ao discutir a crítica feita por Dornbusch à atual política econômica, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen

reconheceu que nada adianta aplicar uma rígida política de contenção monetária se por trás do crescimento vertiginoso da dívida pública interna há um substancial déficit fiscal. "As sugestões de Dornbusch, no entanto, disse Simonsen, apenas remontam à época de ajustamento dos ex-ministros Bulhões e Roberto Campos, em 1965, quando foi possível cortar drasticamente o déficit público e prefixar, de acordo com as expectativas inflacionárias, a taxa de reajuste dos salários."

Hoje, segundo Simonsen, é diferente. "Faltam condições políticas para uma terapêutica deste tipo." E foi mais longe: "Então, foi possível realizar um milagre. Agora, nem disto temos certeza". Já o empresário Dilon Funaro, presidente do Sindicato das Indústrias de Plásticos de São Paulo, foi mais veemente. "A margem de manobra do governo é cada vez mais estreita e não acredito que será possível suportar essa política por mais um ano." Segundo Funaro, essa tendência do governo de compatibilizar as taxas de juros internas e externas, elevando a níveis reais de 30%, acabará esgotando as possibilidades de recuperação econômica.